da infração. 7. A situação fiscal de ativo não regular implica na revogação automática de regime especial concedido, não dispensando o signatário das demais obrigações tributárias previstas na legislação. 8. A exportação de mercadorias deve ser demonstrada por documentos que comprovem seu efetivo embarque para o exterior. 9. Não cabe ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, a redução de multa aplicada no limite legal e a apreciação de questionamentos sobre a validade da legislação tributária, por força do art. 26, III, da Lei n. 6.182/98. 10. Não representa confisco a multa aplicada em ação fiscal referente a fato contrário à lei, quando atende o limite legal. 11. Deixar de reter e recolher ICMS, na qualidade de responsável por substituição tributária, relativo às operações de aquisição de madeira serrada, dentro do território estadual, constante do XIII, item 26, do RICMS, aprovado pelo Decreto n. 4.676/01 (redação vigente à época), com o fim de exportação e regime especial revogado, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 12. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 15/02/2016.

ACÓRDÃO n. 5298 - 2ª cpj - RECURSO N. 11206 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012012510001269-2). CONSELHEIRA RELATORA: ANNA CAROLINA DE AZEVEDO NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Atestada a intempestividade, impõe-se o não conhecimento do recurso apresentado, conforme artigo 40, II, do Regimento Interno do TARF (Decreto n. 3.578/99). 3. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 15/02/2016.

ACÓRDÃO N.5297- 2ª. CPJ. RECURSO N. 11330 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012011510001037-4). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não será conhecido o recurso quando lhe faltar pedido ou demonstração de causa fática que o justifique. 3. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 04/02/2016. ACÓRDÃO N.5296- 2ª. CPJ. RECURSO N. 11350 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 062012510000041-2). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Equipara-se a contribuinte, para o efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica, que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, uso ou consumo. 3. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendário - TARF reduzir multa aplicada de acordo com a lei, tampouco a apreciação de questionamentos sobre a validade ou constitucionalidade da legislação tributária, por força das disposições do Art. 26, III da Lei n. 6.182/98. 4. Deve ser mantida a penalidade aplicada dentro dos limites definidos em lei para a situação verificada in concreto. 5. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 04/02/2016.

ACÓRDÃO N.5295- 2ª. CPJ. RECURSO N. 11250 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012012510001438-5). CONSELHEIRA RELATORA: ANNA CAROLINA DE AZEVEDO NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A aquisição de material de uso/consumo efetuada em outra Unidade da Federação configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquota, conforme premissa constitucional, de eficácia plena e auto aplicável, amparada no artigo 155, §2º, inciso VII, "a" e VIII, da Constituição Federal, vigente à época. 3. Deixar de recolher ICMS - diferencial de alíquota, relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo do estabelecimento, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independente do recolhimento do imposto. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 04/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 04/02/2016.

Acórdão n. 5294 - 2ª cpj -RECURSO N. 11464 - DE OFÍCIO (PROC/AINF N. 372012510002456-9). CONSELHEIRA RELATORA: ANGELA MARIA BARBOSA MARQUES DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A prova é elemento imprescindível para a constituição do crédito tributário. 3. À autoridade lançadora compete o dever e o ônus de demonstrar e provar a ocorrência, ou não, do fato jurídico-tributário e apurar o quantum devido, somente se admitindo que se inverta o ônus da prova nas hipóteses em que a lei expressamente o determine. 4. Deve ser declarada a nulidade do auto de infração quando não comprovado nos autos que o contribuinte comercializou veículos novos para a exigência do ICMS Substituição Tributária, mas há evidências de irregularidades, indicando o descumprimento de obrigações tributárias, que necessita de melhor investigação fiscal. 5. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do auto de infração, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSAO DO DIA: 03/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 03/02/2016.

Acórdão n. 5293 - 2ª cpj - RECURSO N. 11334 - VOLUNTÁRIO (PROC/AINF N. 012012510001902-6). CONSELHEIRO RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JÚNIOR. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do AINF quando emitido na forma como determina o § 1º, do art. 12, da Lei 6.182/1998, não havendo assim violação ao princípio da legalidade. 3. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Deve ser mantida a multa aplicada, em conformidade com a legislação tributária. 5. Omitir informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, referente à informações de seus estoques inicial e final, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 03/02/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 03/02/2016.

Protocolo 930612

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT

Portaria n.º201604000267, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003354/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Nilson Rui Borges Bastos - CPF: 187.411.852-34

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD PLATINUM/Pas/Automovel/9BRB29BT1G2109394

Portaria n.º201604000269, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003149/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Marcelino Teles da Silva - CPF: 709.934.592-34

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX/Pas/Automovel/9BRBDWHE7G0305675

Portaria n.º201604000271, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003308/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Edmilson Ramos de Souza - CPF: 117.328.572-53

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT 1.4 LS/Pas/Automovel/9BGJA69X0DB243128

Portaria n.º201604000273, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003325/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Davi dos Santos Silva - CPF: 851.483.182-87

Marca/Tipo/Chassi

VW/NOVO VOYAGE 1.6 CITY/Pas/Automovel/9BWDB45U8ET176854

Portaria n.º201604000275, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003440/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Carlos Ernani da Costa Vitelli - CPF: 156.576.122-72

Marca/Tipo/Chassi

I/FIAT SIENA EL FLEX/Pas/Automovel/8AP372111C6027221

Portaria n.º201604000277, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003330/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Abelardo Rubem Leite Marques Junior - CPF: 614.637.602-72

Marca/Tipo/Chassi

I/FIAT SIENA EL 1.0 FLEX/Pas/Automovel/8AP37211ZF6118614

Portaria n.º201604000279, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003193/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Celson Luiz dos Santos Oliveira - CPF: 490.923.672-49

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS SD XS/Pas/Automovel/9BRB29BT1G2109136

Portaria n.º201604000281, de 23/02/2016 - Proc n.º 42016730000852/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Lucena Sobrinho - CPF: 097.197.762-34

Marca/Tipo/Chassi

I/VW SPACECROSS GII/Pas/Automovel/8AWPB45Z2EA504311

Portaria n.º201604000283, de 23/02/2016 - Proc n.º 2016730003155/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Alex Damiao Lopes de Souza - CPF: 642.908.242-34

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD197132D3066436

Portaria n.º201604000285, de 23/02/2016 - Proc n.º 42016730000870/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Francisco Silva Chaves - CPF: 485.194.802-68

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/UNO VIVACE 1.0/Pas/Automovel/9BD195152D0440317

Portaria n.º201604000287, de 23/02/2016 - Proc n.º 122016730000194/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Carlos Andre Ribeiro da Silva - CPF: 489.959.162-49

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA EL FLEX/Pas/Automovel/9BD372111C4010989

Portaria n.º201604000289, de 23/02/2016 - Proc n.º 122016730000184/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joao Carvalho Sousa - CPF: 318.161.182-49

Marca/Tipo/Chassi

VW/GOL 1.6/Pas/Automovel/9BWAB05U1CP167768